
Ulrich Mückenberger, Brian Bercusson, Simon Deakin, Pertti Koistinen, Yota Kravaritou, Alain Supiot, Bruno Veneziani, *Manifeste pour une Europe sociale*, Paris, Desclée de Brouwer, 1996, 175 pp.

Desde que o Tratado de Roma instituiu as bases da Comunidade Económica Europeia, reflexões em torno do «projecto europeu» animaram muitos dos debates promovidos pelas elites políticas. A «dimensão social» faria, em princípio, parte desses debates. No entanto, praticamente só no final dos anos oitenta, com a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores de 1989, e no início dos anos 90, com o Protocolo sobre Política Social, que autorizou a assinatura de um Acordo Social (celebrado em Maastricht em 1992) destinado a avançar na via traçada pela Carta, é que foram dados alguns passos importantes nesse sentido. Tais passos não permitiram, porém, afastar a «Europa Social» de uma posição francamente marginal.

Os sucessivos adiamentos ocorridos nesta área fazem de *Manifeste pour une Europe sociale* um livro particularmente oportuno, num momento em que, perante os quase 20 milhões de desempregados e os cerca de 53 milhões que vivem abaixo do nível de pobreza, a Europa clama urgentemente por critérios de convergência social. A profunda incerteza criada em torno do «social» e a ausência de propostas coerentes em favor de uma «Europa Social» foram os principais

motivos que estiveram na base da publicação deste livro.

Apresentada em forma de «manifesto», esta obra não foi, ainda assim, redigida colectivamente, tendo-se assumido nela a diversidade e a independência intelectual dos seus autores. Mas o espírito de declaração pública ou de texto programático que é próprio de um manifesto está, na verdade, bem presente, sobretudo se atentarmos na notável síntese analítica de 12 páginas com que os autores iniciam o livro, espaço a que chamam de «'Manifesto' propriamente dito» (p. 30). Por outro lado, o facto de, no início de cada capítulo, não estar indicado o nome do seu proponente confirma que a redacção do texto final é sobretudo o produto de intensas discussões em comum e de um colectivo sentimento de revolta e inquietação sobre o futuro da Europa. Assim sendo, é a (re)discussão da identidade europeia que está em causa, o que faz convergir esforços, por via de um manifesto comum, para que a confiança na UE se restabeleça e com ela se afirme a legitimidade do projecto europeu, doravante assente na superação da relação desequilibrada entre integração económica e integração social.

O primeiro capítulo de *Manifeste pour une Europe sociale* constitui um perfeito complemento do guião de apresentação que é o manifesto propriamente dito. Nele se reforça uma ideia de Europa que, em face da abertura dos mercados, tem permitido falar numa «integração negativa», pois a Europa «está objectivamente envolvida num tipo de integração que favorece o ponto de vista económico e a sua separação dos domínios políticos e sociais» (p. 23; cf. tam-

bém p. 148). Ao mesmo tempo, salienta-se que o impasse da integração europeia é testemunhado por tendências simultâneas como a «renacionalização» (Europa «à la carte», Europa a várias velocidades) e o regresso a uma «zona de livre troca (e de moeda única)» (pp. 9; 18; 25; 27).

Posto isto, estão lançados os dados para uma viagem ao conteúdo do manifesto e para um olhar sobre a sua estrutura. Esta está dividida em três partes. A primeira parte, composta pelos capítulos 2 a 5, expõe as principais razões que reclamam a urgência de uma «Europa Social». Tal como fora mencionado na parte final do primeiro capítulo, tais razões são basicamente: a) de ordem social – aumento das clivagens sociais em face da evolução liberal do mercado na Europa; b) de ordem económica – porque se considera importante que a criação de normas sociais permita evitar o *dumping* social e estimular a competitividade e a inovação; c) razões democráticas – na medida que a afirmação de uma cultura política europeia é incompatível com uma Europa simplesmente monetária; d) de ordem sexual – pois a maior participação das mulheres no mercado de trabalho coloca exigências de reorganização social do trabalho e de conciliação entre vida profissional e vida privada; e) e de ordem jurídica – relacionadas com o facto de as promessas contidas nos artigos 117 e 118a do Tratado da UE permanecerem vagas de sentido numa União económica e monetária sem União social.

Sem se referirem especificamente a estas razões (até porque as mesmas subjazem a toda a obra), os capítulos 2 a 5 têm em comum o facto de expressarem, por vezes através de argumentos jurídicos, uma forte visão contestatária em relação ao pensamento neoliberal e neoclássico, que olha normalmente para a UE como uma zona de livre troca onde o espaço para as contrapartidas sociais é praticamente nulo. Se, no segundo capítulo, se colocam frente a frente diferentes modelos de sistema de

emprego que se encontram na Europa e se expõem as razões para incluir o emprego nos critérios de convergência, no terceiro capítulo vai-se ainda mais longe, reforçando-se a importância da aposta na regulamentação social e nas normas transnacionais. Por sua vez, no quarto capítulo, vale a pena destacar a relação estabelecida entre os conceitos de subsidiariedade e de solidariedade. Para os autores, este fornece o critério jurídico para aplicação daquele e encontra-se mais predisposto ao intervencionismo europeu. Como sustentam, «é por referência às exigências da solidariedade que podem ser coordenadas e repartidas as responsabilidades dos diferentes actores (subsidiariedade horizontal) e por diferentes escalões (subsidiariedade vertical) da construção europeia» (p. 74). Finalmente, o quinto capítulo confirma a indispensabilidade que existe em associar as dimensões económica e social do trabalho. São tecidas importantes reflexões em torno do conceito de «trabalho» (que não é sinónimo de emprego) e adquire particular relevo a ligação entre trabalho e pessoa humana, através de um revisitado das bases do direito social.

A segunda parte de *Manifeste pour une Europe sociale* engloba os capítulos 6 a 9, dando sobretudo conta dos domínios em que, numa «Europa Social» bem sucedida, se pode promover intervenção social em favor dos trabalhadores. Nesta parte, o conceito de «cidadania social» (central na obra) recebe um tratamento bastante forte. Nos sexto e nono capítulos, por exemplo, procede-se a uma profunda reflexão em torno desse conceito, procurando reforçar-se que se trata da pedra angular da integração europeia. Ainda que os autores tenham advertido (p. 31) para a existência de *nuanças* entre eles relativamente ao conceito de cidadania social, elas não são muito perceptíveis na obra. Decididamente incompatível com a exclusão social, a cidadania social visa, ao contrário, a integração social pela protecção e participação de todos

os trabalhadores que desempenham actividades em prol da sociedade. Os direitos de cidadania não são sinónimo de privilégios, pois implicam também um dever de solidariedade para com o outro. Comparada à de um membro activo da *Polis* grega, a concepção de cidadania defendida no sexto capítulo vai ao encontro dessa ideia. Nele se propõe uma definição de cidadania mais ampla do que a que consta no artigo 8º do Tratado da UE, orientada, entre outros aspectos, para os direitos sociais (e não apenas para os direitos civis e políticos), para a inclusão de cidadãos que não pertençam à UE e para a obrigação de prestar solidariedade aos que necessitam dela. Por seu lado, como se mostra no nono capítulo, o reconhecimento da cidadania social e de uma noção ampla de trabalho reclama um espaço público europeu organizado no plano político. Deseja-se, como tal, um renovado equilíbrio entre o público e o privado, fundamental para evitar que, como efeito das privatizações, se transforme o cidadão num «cliente consumidor», pois «a cidadania anula-se na medida em que os cidadãos se tornam clientes e perde a sua dimensão pública/política» (p. 150). Dois outros temas de grande actualidade não foram (e bem) igualmente esquecidos na obra. O primeiro (tratado no sétimo capítulo) vai ao encontro da temática sexual, abordando as formas de discriminação que caracterizam o mercado de trabalho na UE. Neste sentido, estimula-se um duplo foco de reflexão assente: a) na análise do papel da mulher no trabalho e na sociedade, juntando esforços no sentido da criação de uma legislação antidiscriminatória mais eficaz; b) no estudo das normas e dos instrumentos para melhor conciliar, entre homem e mulher, o trabalho e a família, questionando, assim, os papéis e tarefas tradicionais confiados a cada sexo em cada uma daquelas esferas. O segundo tema (mencionado no oitavo capítulo) debruça-se sobre o peso crescente na sociedade de novas formas de emprego e, consequente-

mente, de novas categorias de trabalhadores, que recebem com frequência o rótulo de «atípicos», em função das mutações ocorridas na duração dos contratos de trabalho, da redução do tempo de trabalho, do local onde o trabalho se realiza, etc.

Quer num caso, quer no outro, é possível constatar uma vez mais nesta obra o lugar central atribuído ao princípio da cidadania, ao qual aparece associado o princípio da igualdade, ambos concebidos numa perspectiva ampla. Num caso, pela defesa de um estatuto de igualdade entre homens e mulheres no trabalho. No outro, promovendo a expressão «trabalhadores cidadãos» (p. 140). Trata-se de uma equação difícil como, de resto, é reconhecido pelos autores algumas vezes ao longo da obra, nomeadamente quando, ao discutirem as fronteiras que existem na legislação do trabalho entre igualdade e desigualdade, se revêem no conceito de «igualdade complexa» (p. 110), que pressupõe que os indivíduos e os grupos podem ser diferentes consoante os domínios da vida social – trabalho, educação, saúde, etc. –, sendo de saudar o reconhecimento das diversidades e prudente evitar a transposição dessas desigualdades de uns domínios para os outros.

A terceira parte da obra (preenchida pelo décimo capítulo) destina-se a fornecer as regras para a acção que conduzam à concretização da tão almejada «Europa Social». Em resumo, o método para a alcançar «consiste em integrar a Carta [de 1989], o Protocolo e o Acordo de Maastricht num só documento constitucional que será incorporado no Tratado» (p. 166).

Globalmente, pode dizer-se que *Manifeste pour une Europe sociale* é uma obra que revela um forte inconformismo face à lenta passada do «social». O seu pendor fortemente crítico e de denúncia demonstrou, por isso, uma maior inclinação para a valorização das ausências do que para a referência às «presenças» (conquistas) no domínio social. Compreende-se que assim

178 seja, tanto mais que os «defeitos» têm levado a melhor sobre os «feitos». No entanto, por uma questão de justiça, os autores deviam ter dado mais atenção a duas medidas concretas surgidas na sequência do Acordo Social de Maastricht anexado ao Protocolo sobre a Política Social: a Directiva 94/45/CE, relativa à instituição de um Conselho de Empresa Europeu ou de um procedimento de informação e consulta dos trabalhadores nas empresas ou grupos de empresas de dimensão comunitária; e o Acordo-quadro sobre Licença Parental (Dezembro de 1995), que elabora prescrições mínimas destinadas a facilitar a conciliação das responsabilidades profissionais e familiares dos pais que trabalham. Qualquer dos casos merecia um tratamento mais atento, quanto mais não fosse para avaliar os impactos resultantes destas medidas e não, como foi o caso, as breves referências de oportunidade (cf. pp. 69; 95; 115; 162-3). Por outro lado, teria valido a pena dedicar nesta obra um capítulo específico ao emprego, embora seja certo que podem ler-se referências ao tema em vários capítulos, nomeadamente no segundo (pp. 39-44) e no terceiro (pp. 62-65). Uma possibilidade teria sido a de o décimo capítulo ter reforçado esta temática, abordando, por exemplo, as propostas mais recentes contidas no «Pacto Santer». Em articulação com isso, o último capítulo deveria ter conhecido outro fôlego, concedendo ao discurso sindical europeu (protagonizado pela CES) outra atenção, visto tratar-se de um discurso que, à cabeça, transporta consigo duas palavras-chave: emprego e solidariedade. Se virmos bem, os próprios autores reconhecem logo no início da obra (p. 19) a importância do sindicalismo como contrapoder face à globalização da economia. No entanto, no final do livro (p. 165) limitam-se

praticamente apenas a confirmar a indispensabilidade da criação de uma estrutura voluntária de negociação colectiva europeia. Pena foi que não tivessem sido capitalizadas as reflexões que autores como Ulrich Mückenberger (coordenador científico do livro) têm produzido sobre o tema. Por outro lado ainda, e atendendo a que *Manifeste pour une Europe sociale* foi redigido por um conjunto de reputados universitários, não pode deixar de referir-se um lapso que atravessa metade dos capítulos da obra e que é sempre conveniente evitar: a não inclusão de várias referências bibliográficas no espaço final dedicado à bibliografia. Num total, mais de 20 referências que aparecem no corpo do texto foram omitidas na bibliografia.

O Conselho Europeu de Amsterdão que acaba de ter lugar (Junho de 1997) veio confirmar o cepticismo dos autores e a prudência com que, a terminar a obra, dizem dever ser olhada a Conferência Intergovernamental (iniciada em 1996). Na verdade, não obstante o facto de, no referido Conselho, se ter assegurado a possibilidade de financiamento comunitário a acções no domínio do emprego («capítulo sobre o emprego»), foi pouco pacífica a marcação da cimeira extraordinária (a ter lugar em Novembro) sobre este tema. Entretanto, a heterogeneidade do espaço social europeu e a ausência de um espaço público organizado sobre o plano político constituem, tal como se sustentou ao longo da obra, limitações de vulto à «Europa Social». Como tal, para além de pensada, esta deve ser concretizada como projecto colectivo e este livro constitui um importante passo nesse sentido. ■

Hermes Augusto Costa

John Brotchie, Mike Batty, Ed Blakely, Peter Hall e Peter Newton (orgs.), *Cities in Competition: Productive and Sustainable Cities for the 21st Century*. Melbourne, Longman Australia, 1995, xii + 532 pp.

A obra aqui objecto de recensão resulta de um estudo internacional levado a cabo pela Comissão de Trabalho 72 do *International Council for Building Research*. Iniciado em 1985, o referido estudo foi concluído dez anos depois com a publicação deste volume de ensaios. *Cities in Competition* foi precedido da publicação de *The Future of Urban Form: The Impact of New Technology* (Nova Iorque, Nichols, 1985), de *The Spatial Impact of Technological Change* (Londres, Croom Helm, 1987) e de *Cities of the 21st Century: New Technologies and Spatial Systems* (Melbourne, Longman Cheshire, 1991). Como é visível pelos títulos dos volumes a que deu origem, o estudo reporta-se, no seu conjunto, às transformações tecnológicas e aos seus efeitos sobre as cidades. O presente volume pode ser visto como um ensaio de aglutinação dos resultados da investigação levada a cabo durante dez anos. O argumento central da obra assenta na defesa da ideia que a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade informacional, promovida pelos impactes das tecnologias da informação e da comunicação, e pelos meios de transporte de alta velocidade, mudou radicalmente, quer a forma das nossas cidades, quer a relação entre elas. A natureza desta nova relação, patente no título do livro, traduz-se por um forte pendor competitivo entre as cidades. Por um lado, a diluição das fronteiras nacionais através de acordos de comércio internacional, da formação de blocos comerciais e alianças interregionais está a levar ao aumento da importância das cidades enquanto entidades económicas. Por outro lado, a economia informacional emergente

está a fazer com que o conhecimento e a informação estejam a tornar-se factores preponderantes da produção de bens e serviços. Ao interligarem-se crescentemente à produção, as novas tecnologias da informação alteram os padrões geográficos da economia e colocam, desse modo, novos desafios e problemas às cidades. Este cenário, dominado por forças globais, que se convertem nos novos motores da economia, caracteriza-se por uma competição crescente entre as cidades, que se traduz, essencialmente, pela capacidade de atracção de novas actividades económicas. Essa competição tanto multiplica as oportunidades de crescimento e de afirmação como aumenta a vulnerabilidade com que as cidades estão expostas à concorrência que lhes é movida por outras cidades.

Partindo deste quadro conceptual, este livro analisa um conjunto de forças que estão a induzir mudanças profundas nas cidades e nas relações entre elas. A raiz multifacetada destas forças (tecnológicas, económicas, sociais, políticas, regulatórias e ambientais) está a ter impactes múltiplos sobre a natureza e a distribuição espacial das actividades urbanas, quer a nível metropolitano, quer regional, quer global. A competição que se desenvolve a estes níveis é tratada ao longo do livro em 5 partes temáticas.

A primeira parte incide sobre os fluxos globais que estão ancorados em redes de circulação de informação e de mercadorias e que estão na origem do desenvolvimento de novos mercados globais e regionais. Estas redes permitem a algumas cidades afirmarem-se a uma escala regional ou global. A difusão das novas tecnologias, ao permitir uma redução dos custos e um aumento da velocidade de transporte e de comunicação, é o factor que explica a expansão dos mercados globais. O impacte destes fluxos tem conduzido, em termos daquilo que é a realidade urbana deste final de século, a uma concentração nas cidades de grande dimensão dos serviços que geram alto valor acrescentado.

180

Esta primeira parte abre justamente com um artigo de Saskia Sassen intitulado "Os Impactes Urbanos da Globalização Económica". A autora retoma argumentos enunciados em *The Global City: London, New York, Tokio* (Princeton University Press, 1991) e em *Cities in a World Economy* (Pine Forge Press, 1994). O texto de Saskia Sassen incide sobre a natureza das cidades globais. A autora constata que um dos impactes mais surpreendentes da globalização da actividade económica é o desenvolvimento e disseminação espacial de novos espaços industriais. Porém, paradoxalmente, há um outro processo que se impõe: a concentração, num número cada vez menor de cidades, dos serviços ligados aos fluxos globais. É este processo que está na origem de um tipo particular de cidades: as cidades globais. O que estas têm de particular é especializarem-se nos serviços que organizam a actividade económica global e o facto de terem mais coisas em comum umas com as outras do que com as cidades que fazem parte do mesmo sistema urbano nacional. O que é interessante no argumento de Sassen é que ela conclui que os impactes urbanos deste processo se traduzem por um reforço significativo das ligações entre as cidades globais, que dá origem a um sistema urbano transnacional. Porém, à medida que integram o sistema transnacional, de modo a assegurarem uma competitividade global, as cidades globais enfraquecem as ligações com as cidades que fazem parte do sistema urbano nacional em que se integram. Nesse sentido, a formação dos sistemas urbanos transnacionais contribui para o desenvolvimento de novas formas de desigualdade em termos da geografia e das características dos sistemas urbanos. As tecnologias da informação que estruturam as redes globais, e que muitas vezes são apresentadas como factores que neutralizam a geografia, contribuem, na verdade, para a concentração espacial e para o incremento das desigualdades urbanas.

A segunda parte do livro incide sobre a competição crescente entre as empresas, interessadas em alcançar a melhor posição estratégica no seio das redes globais, e entre as cidades, empenhadas em lutar por uma posição de destaque. Neste sentido, o acento é posto sobre o impacte que o cruzamento desta dupla competição tem em termos de hierarquias urbanas, confrontando-se em pólos opostos, as cidades ganhadoras e aquelas que entram em depressão. O que define o sucesso das cidades é a sua orientação para uma competitividade global e o facto de conseguirem desenvolver uma base económica pós-industrial. Para uma cidade, ser bem sucedida significa, acima de tudo, captar as sedes das empresas, fixar actividades financeiras e outras actividades produtivas no domínio dos serviços, e, sobretudo, estar posicionada nos nós privilegiados das redes globais. Se é verdade que, para serem competitivas, as empresas procuram as melhores cidades, também as cidades, para serem competitivas, procuram atrair as melhores empresas.

O artigo que destacamos desta parte do livro é da autoria de Peter W. Newton, cujo título é «Mudar de Lugar? Famílias, Empresas e Hierarquias Urbanas na Idade da Informação».

É comum argumentar-se que os locais que centralizam as redes de comunicação e transporte tendem a gerar sinergias adicionais que fomentam o desenvolvimento económico e originam vantagens competitivas. Todavia, há lugares dotados com as mesmas infraestruturas e que alcançam desempenhos económicos divergentes. O artigo supracitado é elaborado à luz deste paradoxo. Do ponto de vista de Newton, as novas tecnologias são uma condição necessária mas não suficiente do desenvolvimento económico regional. O autor faz notar que o futuro das cidades de industrialização avançada depende da sua capacidade em competir, local e globalmente, enquanto lugar onde é agradável viver,

onde é agradável trabalhar, e enquanto lugar que é atractivo e acessível para os visitantes. As hierarquias urbanas são o reflexo de dois factores de motivação: as famílias mudam de lugar à procura de melhores condições de consumo e as empresas fazem-no à procura de melhores condições de produção.

Newton constata que os estudos recentes que procuram analisar as relações entre o desenvolvimento económico das regiões urbanas e as suas infraestruturas de telecomunicações têm levado a conclusões opostas. De um lado, destacam-se aqueles para quem as tecnologias da informação são um factor determinante da capacidade das cidades em atrair empresas. Do outro lado, ergue-se o argumento daqueles que encaram as tecnologias da informação como indicadores da actividade económica de uma região, mas não como ímans do desenvolvimento económico.

O argumento de Newton é que, para explorarmos a ligação que existe entre as telecomunicações, a geografia e o desenvolvimento económico, temos necessariamente de avaliar os benefícios de produtividade que as telecomunicações oferecem às empresas e às cidades. Nesse sentido, há que levar em linha de conta as infraestruturas existentes, mas também o capital humano e a sua capacidade em utilizar novas tecnologias.

No caso concreto da Austrália (Peter Newton é técnico da *Division of Building, Construction and Engineering da Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization*), estudos realizados mostram que a deslocação da população tem sido mais motivada por factores ligados ao consumo do que por factores económicos ligados à produção. O consumo é aqui entendido num sentido lato, incluindo as características físicas que os lugares oferecem, os bens e os serviços disponíveis, e as características sociais dos lugares. Também nos EUA, e nas sociedades com elevados padrões de vida, os movimentos populacio-

nais estão cada vez menos relacionados com factores ligados ao emprego. O que parece ser verdade um pouco por todo o mundo desenvolvido é que os «empregados» e os «desempregados» tendem a deslocar-se em direcções opostas.

A terceira parte do livro volta-se para as cidades que retiram o seu grau de competitividade do seu cariz tecnológico. O pressuposto é que os chamados tecnopólos ou cidades que concentram tecnologia avançada, sendo um centro de inovação, fomentam o desenvolvimento de novas indústrias. A própria concentração de recursos intelectuais é apontada como um factor que motiva a atracção entre as cidades com esses recursos e as redes de fluxos globais. Nesta parte do livro, os autores procuram discutir a criação planeada de tecnopólos enquanto factor de promoção da competitividade das cidades.

Desta terceira parte de *Cities in Competition* seleccionámos o texto de Klaus R. Kunzmann. A escolha deste texto deve-se a duas razões essenciais. A primeira prende-se com o facto de o autor, tal como Newton, salientar a importância do capital humano enquanto factor competitivo das cidades. A segunda fica a dever-se ao facto de este texto ser quase uma excepção, no conjunto de ensaios que dão corpo ao livro, na medida em que são consideradas as interferências que o Estado pode ter no jogo da competição entre as cidades.

As empresas tecnologicamente inovadoras tendem a concentrar-se em poucos ambientes urbanos, cuja característica fundamental é possuírem bastantes recursos intelectuais. Mas que condições estão presentes nestes locais que não existem nos outros? A resposta a esta questão pode ser dada a partir de outra questão. São os tecnopólos e os ambientes empresariais inovadores que estão nos locais de sucesso, ou, pelo contrário, os locais tornam-se bem sucedidos por desenvolverem tecnopólos? Deste caloroso e eterno debate que anima a investigação sobre planeamento regional,

resulta a conclusão de que o lugar e o sentido de localidade é um factor de suma importância no sucesso das empresas de alta tecnologia.

No seu texto, Kunzmann procura abordar quatro questões: i) Porque é que certas regiões são mais criativas que outras e se adaptam mais facilmente à mudança estrutural?, ii) Quais os factores que conduzem às mudanças regionais inovadoras?, iii) Os meios inovadores podem ser criados e sustentados?, iv) Podem planear-se sinergias de modo a produzir meios inovadores?

O que o autor mostra com a sua investigação é que até à nova ordem económica dominada pelas tecnologias, a região que analisa (o Ruhr) sempre possuiu uma estrutura social capaz de se adaptar às mudanças. A crise presente na região resulta da incapacidade da sua antiga base institucional e governativa e das grandes empresas privadas em responderem a uma ordem económica baseada nas tecnologias e na inovação. Para Kunzmann, o potencial criativo da região só pode ser alcançado através da modificação da sua base social institucional. Assim, a infra-estrutura mental de uma região, a sua capacidade em responder criativamente aos desafios complexos das vagas sequenciais de mudança estrutural, é tão importante quanto as infra-estruturas físicas e o papel do sector público que conduz as políticas industriais.

Kunzmann faz depender o desenvolvimento das infra-estruturas mentais de 7 elementos: i) a existência de instituições educacionais de diferentes níveis; ii) a existência de instituições de investigação, quer públicas, quer privadas; iii) um ambiente cultural ao serviço de uma clientela elitista, que exija eventos culturais de âmbito internacional, mas também ao serviço da sociedade multicultural da região; iv) uma imagem internacional positiva que suscite continuamente o interesse dos *media*, e uma identidade regional que esteja profundamente enraizada na população local; v) a protecção, conservação ou mesmo criação de um

ambiente natural atractivo; vi) uma base informacional local capaz de projectar exteriormente as vantagens locais e de divulgar na região os exemplos que possam inspirá-la a desenvolver a criatividade; vii) um ambiente sócio-político aberto à inovação. O que é fundamental para Kunzmann é que as actividades empreendidas a estes 7 níveis combinem as responsabilidades públicas e privadas, já que o desenvolvimento e a manutenção dos elementos do potencial criativo regional não podem ser exclusivamente deixados às forças do mercado, e que cruzem a dimensão local e global das mudanças e acções regionais.

A quarta parte, intitulada «Modelos Sustentáveis de Viver e de Trabalhar», reúne uma série de artigos relativos às transformações dos estilos de vida por via do impacte da globalização sobre as cidades. A dispersão espacial do emprego, com as consequentes implicações no domínio dos modos de vida e de trabalho, é o mote para discussões relacionadas com a mobilidade e trajectórias urbanas, com as modificações das relações com o espaço, com as estratégias residenciais adoptadas face à nova realidade, com as tendências de contra-urbanização e, inevitavelmente, com o teletrabalho.

A transição de uma economia industrial para uma economia informacional é marcada por uma forte tendência para a dispersão geográfica do emprego. Porém, e contrariamente à época pré-industrial, igualmente marcada pelo mesmo padrão, actualmente só uma pequena parte das distâncias entre local de emprego e local de residência é suficientemente pequena para ser percorrida a pé. Por outro lado, as alterações ocorridas no domínio dos horários e das condições de trabalho são também evidentes. A este nível, a economia informacional contrasta vivamente com a economia industrial, impondo condições menos formais e mais flexíveis. O texto de Robert Cervero, incidindo sobre a realidade norte-americana, enquadra-se nesta problemá-

tica e procura analisar as transformações que a economia informacional tem vindo a induzir na estrutura das cidades.

No seu artigo, Cervero procura examinar a influência que a tendência do crescimento das metrópoles ao longo da década de 80 exerceu sobre as relações espaciais entre o local de residência e o local de trabalho, e que implicações sobrevieram em termos de mobilidade regional. No caso concreto das cidades norte-americanas, a estrutura urbana mudou de uma forma monocêntrica para uma forma policêntrica, sendo que esta mudança é norteadada pela descentralização geográfica do emprego. Assim, a estrutura industrial e a divisão do trabalho afirmam-se como fortes condicionantes da estrutura urbana.

Cervero procura analisar os efeitos sociais da descentralização do emprego demonstrando que os debates levantados à volta desta questão são, até ao presente, inconclusivos. Nas já antigas e infundáveis discussões em torno das vantagens e desvantagens da descentralização, esta começou por ser apresentada como um dispositivo capaz de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Contudo, no pós Segunda-Guerra, foram surgindo ataques agressivos contra a descentralização do emprego devido aos perniciosos efeitos ambientais que ela supostamente origina. A descentralização tem tido repercussões limitadas em termos das distâncias médias a percorrer entre o local de residência e o local de trabalho, mas tem tido efeitos significativos no domínio dos tempos médios gastos na deslocação entre ambos os locais, reforçando-se a tendência para o seu aumento. Contudo, o impacte mais significativo da descentralização do emprego manifesta-se ao nível dos modos de deslocação, com o automóvel privado a assumir uma importância crescente.

Outro debate referenciado por Cervero, e que também não é conclusivo, prende-se com o facto de, para alguns autores, as estruturas urbanas policêntricas levarem a

uma maior mobilidade geográfica, enquanto outros retiram uma conclusão contrária. Nos Estados Unidos, segundo este autor, a descentralização do emprego está a contribuir para transformar os subúrbios em comunidades mais equilibradas. Porém, Cervero faz notar que outros factores, para além do acesso ao emprego (que determina o local de residência e as deslocações diárias), como, por exemplo, a qualidade das escolas, as características da vizinhança, os laços familiares e a existência de outros serviços, influenciam também os padrões de mobilidade geográfica.

Finalmente, a quinta parte procura reflectir sobre a natureza de um desenvolvimento urbano sustentável e sobre a importância que isso pode ter para o planeamento urbano. O crescimento desmesurado das cidades, os problemas com ele relacionados e os cenários e soluções possíveis para o futuro são equacionados a partir das teorias dos sistemas e da ideia de sustentabilidade.

Reunindo apenas três artigos, esta é a parte do livro que menos se enquadra no registo teórico da obra, na medida em que deriva do campo da competição inter-cidades para o da sustentabilidade dos sistemas urbanos. A sustentabilidade é aqui equacionada não enquanto factor de competitividade, mas enquanto conceito que enquadra a equação energia/população/padrões de vida.

O cenário que mais recorrentemente tem sido associado ao impressionante crescimento da taxa de população a residir em cidades neste final de século é o do colapso da qualidade de vida global. Contudo, por via da inovação tecnológica, de mudanças políticas e de novas ideias e respostas individuais a problemas antigos, vão surgindo, ao lado das imagens catastróficas ou pessimistas, visões mais optimistas acerca do futuro. Os artigos de Britton Harris e de Richard L. Meier enquadram-se nesta problemática, chegando, no entanto, a conclusões opostas.

No seu artigo sobre «A natureza do desenvolvimento urbano sustentável», Harris projecta uma imagem preocupante do futuro. Do seu ponto de vista o crescimento contínuo das cidades não só é inevitável como é desejável, no sentido em que é uma característica essencial de um desenvolvimento equilibrado constante. A concentração da população nas cidades é vantajosa, porquanto permite aliviar a pressão sobre a terra e sobre o ambiente, e por ser aí que os mecanismos de educação e socialização conseguem fomentar uma baixa das taxas de natalidade. Mas para que este crescimento seja sustentado, torna-se inevitável uma redução do consumo *per capita* de energia e mudanças profundas nos estilos de vida e nos modos de interacção social. Os problemas que Harris antevê decorrem do facto de ele não acreditar que a escassez de recursos fomentada e evidenciada pelo crescimento populacional venha a ser uniformemente suportada pelas cidades. Entre o primeiro e o terceiro mundos, entre o Este e o Oeste, entre as cidades industriais e as pós-industriais, estabelecer-se-ão desequilíbrios profundos que podem originar movimentos maciços de populações, conflitos e guerras civis, pobreza, fome, epidemias e, no limite, o colapso da sustentabilidade global.

Por seu lado, Meier sustenta que, apesar dos enormes e crescentes recursos que as cidades consomem, o que nos separa de um futuro sustentável são apenas alguns tabus que, do seu ponto de vista, são perfeitamente ultrapassáveis. Daí que o autor insista na educação enquanto factor que permite combater preconceitos que impedem o desenvolvimento de formas de organização social e o uso de tecnologias que sejam capazes de potenciar o desenvolvi-

mento de ecossistemas urbanos sustentáveis. O optimismo de Meier resulta, quer do facto de o autor acreditar na capacidade do primeiro e do terceiro mundos em aprenderem um com o outro, quer da fé que deposita nas tecnologias da informação e na educação. Este optimismo não é alheio ao facto de Meier, na sua análise, considerar apenas duas dimensões que contribuem para a existência de um sistema urbano sustentável: a reciclagem e a produção de bens de primeira necessidade.

Como conclusão, e em termos muito gerais, podemos salientar o mérito desta obra no domínio da compreensão das profundas mudanças a que as cidades têm estado sujeitas neste final de século. Uma das principais virtudes deste trabalho reside na conjugação da perspectiva da sociologia urbana tradicional (análise da cidade do ponto de vista da ecologia urbana, da distribuição da população, da constituição de centros institucionais, do ponto de vista dos indivíduos e dos grupos sociais, dos estilos de vida) com a perspectiva de uma nova sociologia urbana (que encara as cidades como produtos sujeitos a processos de valorização e desvalorização num mercado fortemente competitivo). Uma lacuna que atravessa quase toda a colectânea deve-se ao facto de, neste jogo competitivo em que estão envolvidas, as cidades serem quase sempre consideradas como entidades independentes. Na verdade, a natureza e o alcance desta competição nem sempre podem ser compreendidos sem uma perspectiva sistémica que equacione o papel que os Estados nacionais desempenham neste jogo, e esta dimensão não é devidamente tratada na obra. ■

Paulo Peixoto